



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 41/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 15/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ORAIS E INJETÁVEIS - FARMÁCIA BÁSICA.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

A licitação foi deflagrada a partir de solicitação expressa do Secretário Municipal de Saúde, senhor Alfeu Mussolino. O prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou a abertura do processo de licitação.

A licitação em tela é explícita no sentido de que a administração optou pela licitação nos moldes da Lei nº 8666/93.

Foram anexados os orçamentos fornecidos pelas empresas DM-DentalMix, Pro-Saúde e PR-ProRemédios.

Ao processo foi anexado documento consistente em fonte de recursos para a aquisição dos medicamentos, fornecido pela contadoria municipal.

Em síntese o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO:

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.



Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O "caput" do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos ser objetivamente definidos em Edital.

O Edital cumpre adequadamente a exigência, eis que esclarece o objeto como sendo a aquisição de materiais de medicamentos orais e injetáveis. O objeto da licitação, ou seja, aquilo que vai ser contratado, está devidamente especificado de forma clara, objetiva, convenientemente definida no edital afim de que os licitantes possam atender fielmente ao desejo da prefeitura na licitação.

A Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara

O pedido apresentado pelo solicitante Secretário Municipal de Saúde, o Edital e o Termo de Referência descrevem adequadamente os medicamentos que serão licitados.

O Termo de Referência informa que o objeto da licitação "consiste na aquisição de medicamentos pra a secretaria municipal de saúde com critério de MENOR PREÇO POR ITEM todos os produtos deverão ser de 1ª qualidade, de acordo com os comercializados no mercado nacional, com marcas de ponta usadas no cenário nacional. O Termo de Referência descreve os itens de forma clara indicando o composto, a forma de apresentação, quantidades e valor médio. De maneira que pode concluir que o objeto está descrito de forma adequada, sucinta e clara.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

"Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios,



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência estima as quantidades de medicamentos a serem adquiridos, mas não a efetiva quantidade que será adquirida efetivamente, haja vista que depende da demanda apresentada no decorrer da validade da ata de registro de preços, portanto, vislumbram-se situações que possam resultar em alterações, o que justifica o registro de preços.

No caso, o Edital, anexos e a minuta da Ata de Registro de Preços que compõem o processo atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise.

S.M.J.

Porto Esperidião, 11 de agosto de 2021.

José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

José de Barros Neto
Secretário de Administração